



RESUMO EXECUTIVO DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – CNS

Data: 12 e 13 julho de 2006

Local: Plenário do Conselho Nacional de Saúde “Omlton Visconde” - Ministério da Saúde, Bloco G, Edifício Anexo, 1º andar, ala B, Brasília, Distrito Federal

ITEM 01 – ABERTURA

Composição da mesa: Ministro de Estado da Saúde, **José Agenor Álvares da Silva**, Presidente do CNS; Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**; e Conselheiro **Antônio Alves de Souza**

O Ministro de Estado da Saúde, **José Agenor Álvares da Silva**, abriu os trabalhos e no seu pronunciamento inicial informou a publicação, no Diário Oficial da União, do decreto nº. 5.839, de 11 de julho de 2006, que dispõe sobre a organização, atribuições e o processo eleitoral do CNS e falou sobre as medidas para dar maior visibilidade e transparência ao processo de liberação das emendas parlamentares incluídas no orçamento público da União. Além disso, o Presidente do CNS respondeu a questionamentos do Plenário do CNS sobre diversos assuntos concernentes à saúde. Também fez uso da palavra o diretor do DENASUS/MS, **Paulo Nunes**, para informar que seriam fornecidas senhas de acesso aos relatórios integrais das auditorias realizadas pelo DENASUS ao Conselho Nacional de Saúde, ao Tribunal de Contas da União, aos Tribunais de Contas de Estados e Municípios, ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual e à Controladoria Geral da União. Além disso, fez a entrega de pasta contendo informações para cadastramento à Secretária-Executiva do CNS e sugeriu à mesma que fossem feitas cópias do CD com orientação para acessar o relatório para serem distribuídas aos conselheiros. Os conselheiros solicitaram outras informações que foram prestadas pelo diretor do DENASUS/MS.

ITEM 02 - PROCESSO ELEITORAL DO CNS

A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, apresentou duas propostas de calendário para a realização das eleições do CNS, com base no decreto nº. 5.839/06, que dispõe sobre a organização, atribuições e o processo eleitoral do CNS. Após consideração, o aprovou o seguinte calendário eleitoral:

18 de julho a 18 de agosto de 2006 – inscrições das entidades

19, 20 e 21 de agosto de 2006 – apresentação de recursos

21, 22 e 23 de agosto de 2006 – julgamento de recursos

24 de agosto de 2006 – publicação da lista das entidades habilitadas a participarem do processo eleitoral

31 de agosto de 2006 – eleição

15 de setembro de 2006 – posse dos conselheiros e eleição do presidente do CNS.

Além disso, foram definidos os seguintes encaminhamentos: a primeira reunião da Comissão eleitoral será dia 18 de julho de 2006; a lista de habilitados a participarem da eleição será divulgada somente nos dias 19 e 24 de agosto de 2006; e as comissões do CNS deverão evitar reuniões durante a preparação para o processo eleitoral.

ITEM 03 - RELATÓRIO DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO GERAL DO CNS PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÕES - EXPEDIENTE, INFORMES E INDICAÇÕES

Relatório da Comissão de Coordenação Geral do CNS – Item não apresentado.

Expediente, informes e indicações

Expediente:

1) O Sindicato dos Enfermeiros no Rio Grande do Sul denunciou a prática de assédio moral no Grupo Hospitalar Conceição (GHC). Os técnicos e auxiliares de enfermagem sofriam assédio moral por parte dos enfermeiros responsáveis pela Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) do Hospital Nossa Senhora da Conceição. *Encaminhamento do CNS:* recomendar a criação de uma mesa local de negociação permanente e fazer o acompanhamento pela CIRH/CNS e pela Mesa Nacional de Negociação dessa situação. **2)** A Sociedade Brasileira de Fisioterapeutas Acupunturistas (SOBRAFISA) publicou nota de repúdio à postura adotada por vários Conselhos Regionais de Medicina que recomendam o não

cumprimento da Portaria nº. 971 GM/MS, que aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. **3)** O Conselho dos Secretários Municipais de Saúde/TO (COSEMS/TO) solicitou que o CNS tomasse providências a respeito da gestão estadual do Tocantins, que está inadimplente com as pactuações assinadas com os municípios. *Encaminhamentos do CNS:* realizar audiência com o CES/TO e com o Secretário de Saúde do Tocantins (Conselheiros indicados: **Graciara Matos de Azevedo e José Eri Medeiros**); e divulgar a ação na imprensa local como ato político. **4)** O Conselho de Saúde de Itajubá/MG consultou o CNS sobre a participação de entidades que recebem verbas públicas, mas não prestam serviços para o SUS. *Encaminhamento do CNS:* constituir grupo para elaborar parecer do CNS sobre a matéria. Indicados: Conselheiros **Fernando Luiz Eliotério, Solange Gonçalves Belchior e Antônio Alves de Souza** e assessoria jurídica do CNS. **5)** A Secretaria de Atenção à Saúde solicitou a apreciação do CNS de duas minutas de portaria: nº. 01, que cria mecanismo para a organização e implantação da atenção à saúde da pessoa idosa no Sistema Único de Saúde e nº. 2, que trata da organização das redes estaduais de assistência à saúde do idoso e da aprovação das normas de credenciamento de Centros de referência em Atenção à Saúde do Idoso. A Secretaria também encaminhou nota técnica. *Encaminhamento do CNS:* remeter à Comissão de Saúde do Idoso para análise. **6)** O Conselheiro **Wander Geraldo da Silva**, representante da Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM) encaminhou, para aprovação do CNS, minuta de moção do Conselho Municipal de Saúde de Rio Claro/SP que manifesta solidariedade aos conselheiros municipais que estão sofrendo perseguição pelas denúncias relativas a OSCIPs no município. *Encaminhamentos do CNS:* não se manifestar sobre a minuta de moção e enviá-la ao DENASUS, ao Ministério Público da região e ao CES/SP; e pautar na próxima reunião do CNS o debate sobre OSCIPs. **7)** Conselheiro **Clóvis A. Boufleur** solicitou, por e-mail, a apresentação, ao Plenário do CNS, de proposta de recomendação da CISI/CNS que solicita ao Ministério da Justiça informações sobre a estruturação e funcionamento da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI). *Encaminhamento do CNS:* aprovar a recomendação. **8)** A Associação Brasileira de Medicina Antroposófica esclareceu sua posição e seu compromisso em relação aos três calendários de imunização do Ministério da Saúde (criança, adolescente e idosos) e solicitou a inclusão do capítulo referente à Medicina Antroposófica na Portaria nº. 971/06. *Encaminhamento do CNS:* solicitar ao Ministério da Saúde a inclusão do capítulo referente à Medicina Antroposófica na Portaria nº. 971/06. **9)** Definição do Grupo de Trabalho para acompanhamento do Programa de Humanização e do projeto QUALISUS. Pautar apresentação dos resultados do trabalho para a 168ª RO, em agosto de 2006. *Encaminhamento do CNS:* reunir o GT após o processo eleitoral. **10)** Marcar a reunião do Grupo de Trabalho da Política de Relações Internacionais para o Conselho Nacional de Saúde. Componentes do GT: **José Cláudio dos Santos, José Marcos de Oliveira, Marisa Fúria e Ruth R. Bittencout**. *Encaminhamento do CNS:* marcar reunião do GT após o processo eleitoral. **11)** Definir a data da reunião do GT de Proteção ao Sujeito da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – caso não haja definição de data, sugerir mudança de membros devido à impossibilidade de agendar reunião. *Encaminhamento do CNS:* realizar a reunião no dia 26 de julho de 2006. (confirmada a participação dos seguintes conselheiros: **Gysélle Saddi Tannous, Solange Gonçalves Belchior e Willian Saad Hossne**).

Indicações:

1) V Prêmio Nacional Professor Galba de Araújo. A Área Técnica Saúde da Mulher solicita a indicação de um representante da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher (CISMU/CNS) para compor a Comissão Nacional de Avaliação do referido Prêmio. A primeira reunião será realizada na primeira quinzena de setembro de 2006 e o processo de avaliação nacional será concluído em 31 de outubro de 2006. *Indicação:* remeter a solicitação à CISMU/CNS para indicação. **2)** Comitê de Certificação e Avaliação do Selo Hospital Amigo do Índio. A Fundação Nacional de Saúde solicita a indicação de um representante da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (CISI/CNS) para compor o referido Comitê. *Indicação:* Conselheiro **Ailson dos Santos**. **3)** III Encontro Nacional do Ministério Público em Defesa da Saúde. A Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde (AMPASA) convidou um representante dos usuários para participar da mesa-redonda “A Efetividade do Controle Social nas Três Esferas de Governo – Avanços e Retrocessos”, no dia 31 de agosto de 2006, às 15 horas. O Encontro se realizará nos dias 30, 31 de agosto e 1º de setembro de 2006, em Florianópolis/SC. *Indicação:* Conselheiros **José Eri Medeiros e Ronald Ferreira dos Santos**. **4)** III Congresso Nacional de Doença Celíaca. A ACELBRA convidou a conselheira **Nildes de Oliveira Andrade** para participar do Congresso na condição de palestrante representando o CNS. De 25 a 27 de agosto de 2006, em Belo Horizonte/MG. *Encaminhamento:* solicitar o envio de outro convite, dada a explicação de que a ACELBRA convidou o CNS para participar do evento. **5)** 2ª Conferência Municipal de Saúde. A Prefeitura de São Francisco de Paula convidou o CNS para participar da Conferência que se realizará no dia 28 de julho de 2006, em São Francisco de Paula/RS. *Indicação:* Conselheira **Marisa Fúria Silva**. **6)** I Seminário Nacional de Prevenção do Suicídio. A Secretaria de Atenção à Saúde convidou o CNS para participar do Seminário e compor a mesa de abertura. Data: 17 e 18 de agosto de 2006. Local: Porto Alegre/RS. *Indicação:* Conselheiro **Ailson do Santos**. **7)** Seminário Internacional da Educação Profissional em Saúde: Avaliação do PROFAE e Perspectivas. Data: 23 a 25 de julho de 2006. Local: Salvador/BA. A Secretaria de Gestão do

Trabalho e da Educação na Saúde convidou o CNS para participar da mesa de abertura no dia 23 de julho de 2006, às 19h30. *Indicação:* Conselheiros **Francisca Valda da Silva** (mesa de abertura) e **Gilson Magalhães**.

Itens extra pauta

1) Seminário Nacional de Antiretrovirais na Indústria Brasileira. Data: 8 de agosto de 2006. Local: Brasília/DF. O CNS deverá indicar doze nomes para o seminário, que contará com cem participantes. Colocaram-se à disposição os seguintes conselheiros: **Ronald Ferreira dos Santos e Silvia Marques Dantas** (a confirmar). **2)** A Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) convidou o CNS a participar da oficina Qualificação de Lideranças Comunitárias em Controle Social no SUS e em Saneamento Ambiental. Data: 28 e 29 de julho de 2006. Local: Fortaleza/CE. *Indicação:* Conselheira **Geusa Maria D. Lelis** (a confirmar). **3)** Seminário Macrorregional de Conselhos. Data: 5 de agosto de 2006. Local: Joinville/SC. *Indicação:* Conselheiro **Eni Carajá Filho**. **4)** Congresso da ABRASCO. O Plenário decidiu que participariam do Congresso oito conselheiros do CNS, indicados de forma paritária; até dez representantes da Secretaria-Executiva do CNS; Conselheiras **Marisa Fúria Silva e Graciara Matos de Azevedo**, representantes do CNS no Comitê do Fórum Social Mundial; os conselheiros integrantes da Comissão de Comunicação do CNS (**Geusa Maria D. Lélis, Maria Thereza M.C. Rezende, Geraldo Adão Santos e Maria Helena Baumgarten**). Além dos já inscritos para participar do Congresso, manifestaram interesse em participar do evento os Conselheiros **Ronald Ferreira dos Santos e Francisca Valda da Silva**.

ITEM 04 - POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES E DE JOVENS

Composição da mesa: Coordenadora da Área da Saúde de Adolescentes e de Jovens/MS, **Thereza de Lamare**; Conselheira **Zilda Arns Neumann**; e Conselheira **Francisca Valda da Silva**

A Coordenadora da Área da Saúde de Adolescentes e de Jovens/MS, **Thereza de Lamare**, submeteu à apreciação do Plenário a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes, destacando o marco legal e o processo de elaboração da Política, o público alvo, as justificativas para investimento na saúde de adolescentes e jovens, as diretrizes, os eixos prioritários e os temas estruturantes da Política. A Comissão Intersectorial de Saúde da Mulher (CISMU/CNS) apreciou e emitiu parecer favorável à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes, bem como apresentou sugestões ao seu conteúdo. Após a apresentação, o Plenário solicitou maiores esclarecimentos em relação à Política e apresentou sugestões. Contudo, o Plenário decidiu adiar a votação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes para a próxima reunião do CNS. As contribuições ao texto da Política deverão ser encaminhadas à Secretaria-Executiva do CNS e à CISMU/CNS.

ITEM 05 - INFORME SOBRE O PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA UMA PANDEMIA DE INFLUENZA

Composição da mesa: diretor do Departamento de Vigilância Epidemiológica/MS, **Expedito Luna**; Conselheira **Solange Belchior**; e Conselheiro **José Marcos de Oliveira**

O Diretor do Departamento de Vigilância Epidemiológica/MS, **Expedito Luna**, apresentou informe sobre a situação da gripe aviária no mundo (casos humanos confirmados por H5N1, total de óbitos, países afetados e fase de alerta pandêmico) e as últimas ações do Ministério da Saúde de preparação para uma pandemia de influenza (vacinação da população maior de sessenta anos – abril/maio 2006;

vigilância sentinela da influenza; implantação do Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde; e atividades estratégicas em andamento). Os conselheiros solicitaram outras informações que foram, de pronto, prestadas pelo diretor do Departamento de Vigilância Epidemiológica/MS.

ITEM 06 - INFORME SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O CONTROLE SOCIAL NO SUS

Composição da mesa: Conselheiro **Eni Carajá Filho**; Conselheiro **Volmir Raimondi**; e Conselheiro **Antônio Alves de Souza**

Os Conselheiros **Eni Carajá Filho** e **Volmir Raimondi**, integrantes do GT do CNS de Educação Permanente para o Controle Social no SUS, apresentaram informe sobre as oficinas regionais para a elaboração da Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social, com destaque para os principais pontos discutidos e as diretrizes aprovadas. As sugestões apresentadas pelos conselheiros estaduais e municipais participantes das oficinas foram acolhidas e transformadas em eixos estruturantes e a partir deles o GT do CNS de Educação Permanente para o Controle Social no SUS elaborou proposta preliminar de Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no SUS. Após considerações, o Plenário aprovou o seguinte encaminhamento: distribuir aos conselheiros o texto preliminar de Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no SUS; definir o prazo de 28 de julho de 2006 para o envio de contribuições; e pautar a apresentação da proposta na reunião

ordinária de agosto de 2006. O GT se reunirá nos dias 3 e 4 de agosto de 2006 para concluir o texto a partir das contribuições dos conselheiros.

ITEM 07 - COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DO CNS/COFIN

Composição da mesa: Conselheiro **Fernando Luiz Eliotério**; Conselheira **Ana Cristhina de Oliveira Brasil**; e representante da Secretaria de Planejamento e Orçamento/MS, **Humberto Barreto Alencar**

Os Conselheiros **Fernando Luiz Eliotério** e **Ana Cristhina de Oliveira Brasil**, integrantes da COFIN/CNS, submeteram à apreciação do Plenário o relatório da reunião da Comissão de Orçamento e Financiamento do CNS (COFIN/CNS), com destaque para análise da execução orçamentária até maio de 2006, regulamentação da EC nº. 29 e diversos (informe do SIOPS e encaminhamentos propostos na reunião da COFIN/CNS). Após considerações, o Plenário aprovou o relatório da COFIN/CNS e os seguintes encaminhamentos: fazer contato com a Casa Civil com intuito de agendar visita para discutir a votação da regulamentação da EC nº. 29; garantir a participação do CNS na câmara técnica do SIOPS, com indicação dos conselheiros **Ana Christina de Oliveira Brasil** (titular) e **Gerônimo Paludo** (suplente); indicar a participação de integrantes da COFIN/CNS na próxima reunião da CISAMA/CNS para discutir a baixa execução orçamentária do orçamento do saneamento básico; e recomendar ao SIOPS que o repasse de recurso a estados e municípios seja vinculado ao repasse de dados para o Sistema.

ITEM 08 - INFORMES DA COMISSÃO INTERSETORIAL DE RECURSOS HUMANOS

Composição da mesa: Coordenadora da CIRH/CNS, **Maria Natividade G. S. T. Santana**; Representante do MEC, **Ana Estela Haddad**; diretora do Departamento de Educação/MS, **Maria Helena Machado**; e Conselheira **Francisca Valda da Silva**

A Coordenadora da CIRH/CNS, **Maria Natividade G. S. T. Santana**, de início, falou sobre a extensa pauta de debate da CIRH/CNS e solicitou a contribuição dos conselheiros para cumprir a agenda de trabalho da Comissão. Na seqüência, foram enfocados os seguintes temas de discussão da CIRH/CNS: Política de Educação Permanente – Pólos de Educação Permanente; Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do Trabalho em Saúde (PROGESUS); Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde); Educação Tecnológica; Seminário das Profissões; e abertura de novos cursos na área da saúde. Em relação à Política de Educação Permanente, foi feita apresentação de informe pela representante da SGTES, **Ena Galvão**, sobre a execução orçamentária dos Pólos de Educação Permanente por Unidade Federada (valores e instituições beneficiárias). Após considerações, o Plenário decidiu pautar, na próxima reunião do CNS, o tema Políticas de Educação Permanente, em especial a avaliação dos resultados dos Pólos de Educação Permanente, com discussão prévia dos dados sobre a execução orçamentária dos Pólos pelo GT da CIRH/CNS de Políticas de Educação Permanente e pela COFIN/CNS. A respeito do Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do Trabalho em Saúde (PROGESUS), o Plenário decidiu pautar a apresentação e o debate na próxima reunião do CNS. A respeito do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), o Plenário decidiu pautar o tema na próxima reunião do CNS para decisão, com apresentação do parecer da CIRH/CNS sobre a matéria. Caso seja necessário, a próxima reunião terá três dias de duração para dar conta de todos os pontos a serem discutidos. A respeito da educação tecnológica, foi acordado que o tema seria pautado na próxima reunião do CNS para apresentação do parecer da CIRH/CNS e decisão do CNS sobre a matéria, haja vista que o prazo de sessenta dias para conclusão do debate estava se esgotando. No que se refere ao seminário de profissões, foi acordado que seriam levadas à senadora **Lúcia Vânia** duas propostas de data para a realização: segunda quinzena de setembro ou segunda quinzena de outubro de 2006. A propósito da abertura de novos cursos na área de saúde, o Plenário aprovou moratória de noventa dias para a suspensão de abertura de novos cursos na área da saúde, a fim de possibilitar a definição de dados epidemiológicos e sociais capazes de definir a real necessidade social e a realização de oficina, organizada pela CIRH/CNS, para debater o que é realidade social.

ITEM 09 - INFORME SOBRE A CONSULTA PÚBLICA Nº. 63 REFERENTE À UTILIZAÇÃO DE TALIDOMIDA

- INFORME SOBRE PROJETO DE LEI QUE TRANSFERE PARA O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA O CONTROLE DOS ALIMENTOS

Composição da mesa: Diretor-presidente da ANVISA, **Dirceu Raposo de Mello**; consultor da presidência da ANVISA, **Granville Garcia de Oliveira**; Conselheiro **Ronald Ferreira dos Santos**; e Conselheiro **Eni Carajá Filho**

- INFORME SOBRE A CONSULTA PÚBLICA Nº. 63 REFERENTE À UTILIZAÇÃO DE TALIDOMIDA - Após considerações iniciais do Diretor-presidente da ANVISA, **Dirceu Raposo de Mello**, o consultor da presidência da ANVISA, Dr. **Granville Garcia de Oliveira**, falou sobre a regulamentação da Lei nº. 10.651, de 16 de abril de 2003, que dispõe sobre o controle do uso da talidomida. Para definir esse processo de regulamentação, a ANVISA elaborou projeto de regulamentação, que recebeu

contribuições em consulta pública e realizou o Painel de Utilização Terapêutica da Talidomida, em 28 de junho de 2006. Após ser concluído, o relatório final do referido painel será colocado em consulta pública e o resultado será apresentado ao CNS para discussão e conclusão da versão final da regulamentação. Os conselheiros apresentaram contribuições à regulamentação do uso da talidomida e comentaram sobre outros assuntos pertinentes à vigilância. Dentre as sugestões de encaminhamento, destacam-se: estabelecer protocolo de distribuição da talidomida; definir pauta de debate permanente sobre a talidomida; pautar debate sobre casos de teratogenia no Brasil, com convite ao SIAT do Rio Grande do Sul; promover a interface da ANVISA com a área técnica de saúde da mulher e CISMU/CNS; ampliar a Comissão Intersectorial de Hanseníase para discutir os resultados da consulta pública do Painel de Utilização Terapêutica da Talidomida; sintetizar as contribuições dos conselheiros ao processo de regulamentação do uso da Talidomida; contemplar no relatório do referido painel as opiniões contraditórias sobre a utilização da talidomida, na forma de um ou de três documentos; e resgatar as sugestões de pauta de discussão propostas pelo diretor-presidente da ANVISA.

INFORME SOBRE PROJETO DE LEI QUE TRANSFERE PARA O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA O CONTROLE DOS ALIMENTOS – A representante da ANVISA, **Maria Cecília M. Brito**, apresentou informe sobre a minuta de Projeto de Lei, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que leva para a agricultura todos os produtos de origem vegetal, alimentícios ou não, *in natura*, processados, industrializados, bem como registro e inspeção. Disse que a ANVISA encaminhou nota técnica à Casa Civil e ao Ministro da Saúde e estava preparando parecer jurídico. Nesse sentido, solicitou que o CNS se manifestasse contrário à proposta, porque além de inconstitucional tratava-se de movimento ligado à posição do SUS em relação a transgênicos, agrotóxicos, patentes, fiscalização e regulamentação.

- A propósito, o Plenário decidiu manifestar-se contrário à minuta de Projeto de Lei, na forma de resolução. *Foram indicados para elaborar o documento: Maria Helena Baumgarten; Rosane Nascimento da Silva e José Marcos de Oliveira.* A resolução foi lida e, após retificações, aprovada.

ITEM 10 - BALANÇO DA POLÍTICA DE SAÚDE BUCAL - PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE

Composição da mesa: Coordenador Nacional de Saúde Bucal – DAB/SAS, **Gilberto Pucca**; e Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**

O Coordenador Nacional de Saúde Bucal, **Gilberto Pucca**, fez uma apresentação sobre a Política de Saúde Bucal e o Programa Brasil Sorridente, abordando, dentre outros aspectos, a situação da saúde bucal, as ações básicas e ações especializadas em odontologia, a fluoretação de água de consumo público, a reorganização da Atenção Básica (incentivos financeiros federais para as equipes de saúde bucal no Saúde da Família), o crescimento do número de equipes de saúde bucal na estratégia Saúde da Família, a cobertura populacional das equipes de saúde bucal no Saúde da Família, os incentivos financeiros para os Centros de Especialidades Odontológicas do Brasil Sorridente e a implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (junho/2006). Os conselheiros tecerem comentários sobre a matéria e, dentre os encaminhamentos apresentados, destacam-se: recomendar que, na graduação, seja tratada a odontologia para pacientes com deficiência; incentivar o fortalecimento da atenção básica para atendimento das pessoas com deficiência; disponibilizar a apresentação em *Powerpoint* para os conselheiros; e recomendar que haja orçamento voltado especificamente à implementação da Política de Saúde Bucal.

Extra pauta:

1) Apresentação da nova diretora do DENASUS, Gertrudes Cleide Mendes Rocha.

2) Hospitais Universitários – Conselheira Graciara Matos de Azevedo denunciou que o Ministério da Educação MEC e o Ministério da Saúde apresentaram a proposta de, no caso dos hospitais universitários públicos, não existir mais a obrigação de conselho gestor com a participação de usuários, nem de destinar 100% dos leitos e serviços ao SUS. Disse que a decisão seria tomada na próxima reunião da Comissão Nacional Interinstitucional de Hospitais Universitários e de Ensino, dia 25 de julho de 2006. Assim, sugeriu que o CNS elaborasse recomendação ao MEC para que a decisão fosse tomada após a discussão do tema no CNS. O Plenário endossou a proposta e decidiu solicitar ao MEC o envio da política de hospitais universitários.

3) Relatório da 3ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde – A Comissão de Relatoria da 3ª CONAGTES, após consultar os registros da Conferência, observou que a proposta nº 135, conforme documento referência, foi aprovada na Plenária Temática do eixo temático III, com o seguinte texto: “Criar comissões éticas para avaliar os profissionais de saúde questionados, encaminhando as reclamações aos conselhos de classes para as providências cabíveis, através da participação dos sindicatos de trabalhadores representativos”. Assim, a proposta, conforme aprovada, seria incluída no Relatório Final da 3ª CONAGTES.

DELIBERAÇÕES:

1)Aprovado o calendário eleitoral do CNS;

- 2) Aprovada recomendação do CNS que solicita ao Ministério da Justiça informações sobre a estruturação e funcionamento da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI);
- 3) Aprovado o relatório da COFIN/CNS e outros encaminhamentos; e
- 4) Aprovada Resolução onde o CNS resolve manifestar-se contrário à minuta de Projeto de Lei que consta da exposição de motivos nº. 00017, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.